

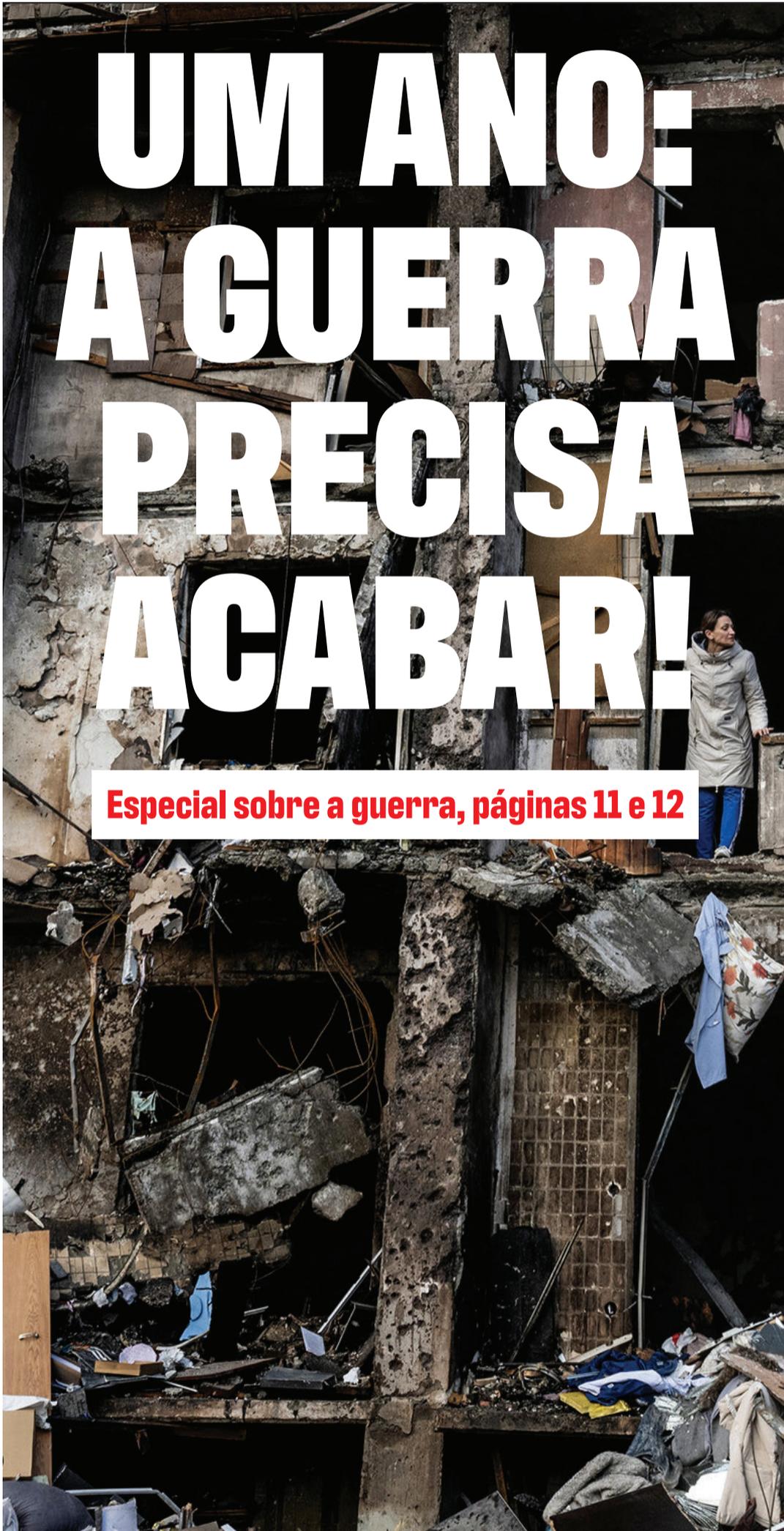
O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 913 - de 1 a 19 de março de 2023



UM ANO: A GUERRA PRECISA ACABAR!

Especial sobre a guerra, páginas 11 e 12



ELETROBRÁS, pág.7
privatização em questão



8 DE MARÇO, pág.8
direito ao aborto é urgente
no Brasil e no mundo



METROVIÁRIOS pág.7
vão à Brasília pela anulação
do leilão

JUVENTUDE

Estudantes criticam
Novo Ensino Médio

pág.2

PARTIDO

PT quer mudar
ART. 142

pág.4

LUTA DE CLASSE

Dirigente da CUT fala sobre
a reforma sindical

pág.6

INTERNACIONAL

Solidariedade aos povos da
Síria e Turquia

pág.10

Estudantes criticam o Novo Ensino Médio

“Sinceramente, o governo não pensa nos alunos”, desabafam

A reforma do ensino médio aprovada em 2017 propõe uma série de mudanças que, de acordo com o governo golpista de Temer, seria uma forma de “inovar” e tornar o ensino médio “mais atraente”. Na época em que foi proposta, houve intensa mobilização estudantil contra a sua aprovação. Hoje, 5 anos depois, os estudantes começam a sentir o impacto de sua execução.

“Matérias necessárias foram tiradas do currículo”

Rômulo, presidente de um grêmio estudantil em Paracambi (RJ), afirma: “Muitas matérias necessárias foram tiradas do currículo ou diminuíram muito a carga horária e agora vamos ter matérias que a gente não sabe o que é e nem os professores”, conclui. Uma das mudanças que a reforma instituiu foi uma nova organização curricular substituindo as matérias tradicionais pelos chamados “itinerários formativos”.

“Eu acho o Novo Ensino Médio uma verdadeira perda de tempo”, opina Ariel, estudante da escola Duque de Caixas de Juiz de Fora (MG). “Pedagogicamente falando, as matérias comuns como Matemática, Biologia, História e Português agregam muito mais nas nossas vidas do que Projeto de Vida ou Tecnologia e Inovação, por exemplo”, ele completa.

Júlia, estudante da rede estadual de São Paulo, expõe “Para mim, ficou

claro que o Novo Ensino Médio é uma tentativa do sistema de deixar os alunos de escola pública mais atrasados em relação às pessoas que estudam em escolas particulares”. Ela avalia “Todos sabem que as matérias bases são de extrema importância, pois são essas matérias que caem no Enem. (...) Continuo sem saber fazer uma equação de primeiro grau, por exemplo.”

“Sequer teve preparação pros professores e verbas”

Bruno, estudante do IE Rio Branco, em Porto Alegre (RS), considera que “o Novo Ensino Médio sequer teve verbas e preparação para os professores”. Dizem que é pra atender às expectativas dos estudantes e professores, mas sequer esperaram pra ouvir nossa opinião”. Leonardo, estudante da escola Matriz e Barros, também de Porto Alegre (RS), é categórico: “É um absurdo, simplesmente não tem sustento do governo o suficiente, o mesmo professor de Sociologia vai dar Filosofia, um professor de artes vai dar uma matéria de Mundo do Trabalho, eles deslocam totalmente... Projeto de vida? Os estudantes nem entendem o que é isso, não te dá vontade de pensar sobre, não te oferece nenhum recurso de aprendizado”.

“O novo ensino médio é um retrocesso para a educação brasileira, é impossível uma escola sem estrutura



↳ Estudantes protestaram em 2016 contra a reforma do ensino médio

física abranger 11 itinerários com laboratório sem estrutura, escolas sem verbas... nem mesmo dinheiro para merenda temos, imagina comprar equipamentos para laboratórios. Vejo o Novo Ensino Médio como uma mordada, não querem que os estudantes pensem e nem exponham o que pensam, assim diminuindo a carga horária de matérias essenciais para o desenvolvimento lógico dos estudantes”, afirma Gilberto, presidente do grêmio da escola Professora Izaura Antônia de Lisboa, em Arapiraca (AL).

“O Novo Ensino Médio desanima, não te dá vontade de estudar.”

João, estudante de escola pública de Resende (RJ) afirmou “O novo ensino médio desanima, não te dá vontade de estudar. É confuso, troca Sociologia por Projeto de Vida, os nossos professores não sabem como lidar e nem tem qualificação pra isso”, e complementa: “elitiza muito as escolas, você faz o ENEM e vai concorrer com estudantes de escolas particulares que tem orçamento e estrutura pra arcar com, por exemplo, um ensino integral. Vai aumentar a evasão escolar”. “Em muitas escolas públicas as principais matérias foram cortadas, mas a

carga horária aumentou, só que não levam em consideração todos aqueles alunos que precisam trabalhar, deixam a escolha inviável pra gente e a galera abandona a escola pra ajudar a família”, diz Sara, estudante de Volta Redonda (RJ).

“Sinceramente, o governo não pensa nos alunos” afirmou Alice, estudante de escola pública de São Paulo (SP). “Sabemos que, se quisermos passar em um vestibular, tem que fazer cursinho porque, se for depender do Novo Ensino Médio, não se aprende nada. (...) Só 2 aulas de matemática, o que você aprende?”

O Ministro da Educação, Camilo Santana, diante das críticas que vem surgindo na imprensa nas últimas semanas afirmou que “Falar em revogação sem aprofundar o debate sobre quais são os elementos problemáticos e as promessas não cumpridas não seria justo com os nossos jovens e não nos ajuda a avançar.” (O Globo, 13/2). É preciso aprofundar o debate, sim. Em especial dando voz aos estudantes que estão vivenciando a aplicação dessa reforma nefasta que precisa acabar!

Márcia Damke, com colaboração de Alexandre Linares.

Governo reajusta bolsas da pós-graduação

Medida é passo importante para começar a recuperar a pesquisa científica

O Governo Federal anunciou, no último dia 16, o reajuste de várias bolsas fornecidas pela CAPES (órgão de fomento vinculado ao Ministério da Educação que é responsável por mais da metade de todas as bolsas de pesquisa do país). O reajuste das bolsas de mestrado, doutorado, iniciação científica de nível médio e superior e da bolsa permanência acontecerá já no mês de março. A notícia foi celebrada pela ANPG (Associação Nacional dos Pós-Graduandos) e por todos os que defendem a pesquisa e a soberania nacional.

O último reajuste aconteceu em 2013. Dez anos com os valores congelados causaram impacto na formação dos cientistas brasileiros: de lá pra cá, foram 75% de inflação acumulada e o salário mínimo cresceu em 92%. Isso significa que optar pelo caminho da pós-graduação é uma escolha cada vez mais difícil e excludente.

A bolsa, apesar do nome, é o mais próximo que as universidades brasileiras oferecem como salário para os pesquisadores em formação: os bolsistas de mestrado e doutorado da CAPES trabalham jornadas de

40 horas semanais e têm regime de dedicação exclusiva, sem ter acesso a direitos como férias, 13º ou fundo de garantia.

O aumento anunciado pelo governo é de 40% para as bolsas de mestrado e doutorado, bastante inferior aos 75% defendidos pela ANPG. Outras bolsas receberam reajuste menor (pós-doutorado, por exemplo, de 25%) ou maior (bolsa permanência recebe ajuste entre 55 e 75%, a depender do tipo de auxílio). As bolsas de produtividade em pesquisa, por outro lado, sequer tiveram reajuste.

A medida desafia as urgências dos estudantes, muitos deles endividados, e dá fôlego para a continuidade da luta: a garantia da recomposição dos valores em relação à inflação. Os estudantes de pós, que hoje são responsáveis por 90% da produção científica do país, fizeram o “L” para garantir seus direitos e merecem não só a recomposição inflacionária do período, mas uma valorização ainda maior. Para isso, será necessário mobilização, organização e luta.

Paula Ferreira

Nada cairá do céu sem mobilização!

O próximo 8 de março, dia internacional de luta da mulher trabalhadora, se dará num mundo marcado pela guerra na Ucrânia, que acaba de completar um ano e contra a qual as mulheres estiveram na linha de frente de mobilizações ocorridas na Europa (pág. 12).

No Brasil, nas ruas em 8 de março, as pautas de legalização e direito ao aborto seguro, de salário igual trabalho igual (pág. 8), creches públicas e outras, serão acompanhadas, certamente, pelo grito "sem anistia" que ecoou desde a posse de Lula e ganhou ainda maior importância após a tentativa golpista de 8 de janeiro.

Afinal, dois meses passados, ainda que haja centenas de presos, os organizadores graúdos do assalto às sedes dos três poderes ainda não foram punidos, muitos sequer indiciados. Os golpistas continuam aí.

Enquanto Bolsonaro, desde os Estados Unidos, acena aos seus partidários presos ou soltos, áudios vazados do general Tomás Paiva, atual comandante do Exército, deixam claro o pensamento dos milicos de alta patente sobre os "indesejáveis" Lula e PT, bem como seu desejo de continuar tutelando a República com consequências nefastas para o povo, como o genocídio Yanomami e a tragédia do litoral paulista (pág. 9).

Soma-se a isso a reação do presidente bolsonarista do Banco Central à sugestão de Lula de baixar os juros (pág. 8). Tudo a demonstrar que a punição dos golpistas, inclusive de chefes militares, como preconiza a resolução aprovada pelo Diretório Nacional do PT (pág. 4), a desbolsonarização do Estado e a revogação das medidas antipopulares adotadas desde o golpe contra Dilma - como a Reforma Trabalhista, da Previdência, do Ensino médio (pág. 2) - não são "revanchismo" como acusa a grande mídia, mas uma necessidade para avançar no atendimento das demandas do povo trabalhador e para a reconstrução de um país soberano.

Avançar nessa via, no entanto, não pode depender da confiança nas atuais instituições carcomidas, na fábula de generais democratas, em juízes togados e muito menos na ampla - e frágil - coalizão. Avançar nessa via só será possível através da mobilização popular.

O governo anunciou o aumento do salário-mínimo para R\$1.320,00. Não é o ideal e sequer o que pediam as centrais sindicais (R\$1.380,00), mas é um aumento real e um ponto de apoio para as campanhas salariais em curso.

Lula também anunciou a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem

ganha até R\$ 2.640,00. Não é ainda para quem ganha até R\$ 5.000,00 como foi dito na campanha eleitoral, mas a medida beneficiará mais de 13,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

O governo ainda adotou outras medidas, como o reajuste do Piso dos professores em 15%, que deve ser exigido de prefeitos e governadores, o reajuste das bolsas de pós-graduação em 40% (pág. 2) e está em negociação com os servidores federais propondo um reajuste acima da inflação (embora abaixo das perdas acumuladas).

São medidas promissoras, que devem ser reforçadas e ampliadas através da mobilização popular. É assim com a luta pela reversão da privatização do Metrô de Belo Horizonte, pedida a Lula pelos seus trabalhadores que estão em greve há vários dias, e principalmente, a luta para reestatização da Eletrobrás, que é objeto de uma campanha nacional dos eletricitários e que diz respeito à soberania nacional, com ato em Brasília no próximo dia 15 de março.

Nada cairá do céu sem a luta dos trabalhadores e setores populares por suas reivindicações. Ajudar nessa mobilização é a pauta das reuniões de base do Diálogo e Ação Petista que se realizam em todo o país neste mês de março. Junte-se a nós!

OS NOSSOS

Gilson Lyrio, presente!

Falecido no dia 13 de fevereiro, Gilson foi um militante abnegado da luta pelo socialismo. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Juiz de Fora em 1980 e um conhecido construtor do PT em toda a região da Zona da Mata Mineira. Estudante de direito na Universidade Federal de Juiz de Fora, foi coordenador geral do DCE em meados dos anos 1980, e, além de se dedicar às lutas estudantis, foi responsável por filiar toda uma geração de lutadores do PT na cidade. Nos anos 1990 ingressou nas fileiras da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional, dando consequência e organização ao seu combate revolucionário e à luta pela independência política dos trabalhadores. Ainda em 1993 foi eleito membro do Diretório Nacional do PT e, como dirigente, manteve atividade regular até meados da década, quando perdeu contato com a militância organizada durante breve passagem pelo Rio de Janeiro, em razões de trabalho. De volta a Minas Gerais, Gilson foi eleito vereador da cidade de Simão Pereira, pelo PT, por três mandatos consecutivos. Em 2012, foi uma das lideranças que ajudou a organizar na região a campanha "Em Defesa do PT", à época ameaçado pela Ação Penal 470. Desde então, estabeleceu relações com o Diálogo e Ação Petista e retomou, a partir de 2016, sua militância na Corrente O Trabalho.



Gilson foi fundamental em todas as campanhas presidenciais do PT e esteve em todas as lutas recentes, pela liberdade de Lula, para derrotar Bolsonaro, para reeleger Lula presidente, punir os golpistas e ver atendidas as demandas do povo. Gilson era, atualmente, membro do comitê nacional do DAP e do diretório estadual do PT mineiro e militou com dedicação e entusiasmo, que era sua marca registrada, até os últimos momentos de sua vida. Apesar da enorme tristeza que ora nos acomete, é com este entusiasmo e essa dedicação que devemos prosseguir a sua luta, que é também a nossa. Uma forma singela de homenagear este camarada que parte precocemente, aos 62 anos. Nos solidarizamos com os companheiros, amigos e familiares de Gilson, especialmente sua companheira, Cristiane Lyrio. Camarada Gilson Lyrio, presente!

Direção Nacional de O Trabalho

Memória

PT-SP MOBILIZA O POVO CONTRA MEDIDAS DA DITADURA

O Partido dos Trabalhadores de São Paulo, através de sua Comissão Sindical, convocou uma plenária de representantes de distritos da Grande São Paulo para discutir a orientação do partido frente às medidas decretadas pelo governo (decreto-lei salarial, maxidesvalorização), e, em particular, qual deve ser a participação do PT no Dia Nacional de Luta. Os 90 militantes presentes (...) foram unânimes em afirmar que o objetivo do governo é extinguir o reajuste semestral, e que por isso será necessário preparar intensamente o dia 22 de março (...). Como colocou o presidente do PT de São Paulo, Djalma de Souza Bom, "temos que colocar o povo na rua no dia 22, pois o povo na rua derruba o decreto do governo".

O Trabalho nº 187 - 24/2/1983



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Reação às decisões do Diretório

Faltam decisões de ação

Poucas vezes uma resolução do Diretório Nacional (13 de fevereiro) repercutiu tanto na imprensa, sem trazer nenhum giro nas declarações dos líderes do PT.

Texto da maioria CNB, foi adotado e emendado pelo DN. O Estadão, por exemplo, fez um exame minucioso. A reportagem de uma página registra o incômodo com o fiasco do chamado "centro", na verdade, desde o 1º turno da disputa presidencial. Eles querem emplacar a sua plataforma no governo!

O caso mais em vista é a política de juro do presidente do BC autônomo (ver pág. 8), cuja convocação para a Câmara o DN apoiou. O que esperavam?

PT Fake News

"Triste o PT, em documento da sigla resolver espalhar Fake News". Quem fala não é Bolsonaro, é Baleia Rossi, presidente do MDB, partido da base aliada. O Estadão tenta prová-lo ironizando: o DN fala do "impeachment de Dilma Rousseff como golpe e chama 'quadrilha'

os antigos procuradores e o ex-juiz e atual senador Sergio Moro (União Brasil)".

A esta altura defender Dallagnol e Moro desmoralizados é o fim da picada para um jornal dito liberal. Seguem a narrativa das "pedaladas", artifício fiscal - e não crime - de vários governos. Mas eles não deixam passar, e parecem esperar a hora de voltar com o lawfare.

A questão militar

O Estadão estranhou "a palavra-de-ordem 'sem anistia'" que para o DN, "deve ser um imperativo", e orientar a "seguir na luta pela culpabilização e punição de todos os envolvidos, inclusive os militares". Por que não? Por que é "delicado" bulir com generais, como dizem os editoriais? Assim, nunca sairemos da tutela militar.

E o jornal acrescenta a fala autoexplicativa de Germano Rigotto (MDB), ex coordenação da campanha de Simone Tebet: "Lula podia ter



↳ Gleisi fala durante reunião do Diretório Nacional

adotado discurso mais pacificador".

Mas ainda não foi desta vez que o DN adotou uma campanha prática de rua, embora o seu texto faça referência a muitas demandas justas face ao governo Lula. Como a da recuperação da Eletrobrás que Lula sinalizou estudar a recompra das ações. Mas o DN não propõe nada. O Diálogo e Ação Petista (DAP) propôs ao DN assumir o abaixo-assinado do Coletivo Nacional dos Eletricitários pela reestatização, o que até daria melhores condições a

Lula. Os dirigentes parecem confiar na amplíssima coalizão para somar os votos para dar maioria às propostas do governo.

Decisão esdrúxula sobre o PED

Por fim, o DN adotou por maioria, contra os votos do DAP e da AE (Art. de Esquerda), a prorrogação dos mandatos de DRs e DN até 2025. A esdrúxula decisão prevê um Processo Eleitoral Direto (PED) este ano só

para os Diretórios Municipais. No PT sempre se votou no mesmo dia a renovação dos diretórios em todos os níveis (os mandatos de 2019 expiram em dezembro de 2023).

O argumento de coesionar o partido para defender Lula do fascismo, desmorona ante a evidência que o que mais vai engalfinhar os petistas é um PED municipal este ano, antes das eleições de 2024

Esse PED ainda será regulamentado. Voltaremos.

Markus Sokol

Artigo 142 da Constituição: a tutela militar

Deputados do PT abrem uma discussão mais que necessária



↳ Militares durante operação GLO no Rio de Janeiro

Já vinha de antes, mas o papel dos militares nos rumos (sombrios) da nação escancarou-se com a conivência com os acampamentos em frente ao Exército e no dia 8 de janeiro. "O Exército conseguiu tudo o que queria na Constituição" (General Leônidas Pires Gonçalves, Valor Econômico, 24/2), referindo-se à Constituição de 1988, após a queda da ditadura militar. A matéria, da jornalista Maria Cristina Fernandes, prossegue: "ele detalha seu trabalho para manter incólume a atuação das Forças Armadas na lei e na ordem internas do país. A prerrogativa está no artigo 142 da Constituição".

Aliás, diga-se, ao votar contra a Constituição de 1988, os deputados

petistas, entre outros fatores, criticavam o papel das Forças Armadas ali atribuído. 16 deputados do PT disseram em 1988: "Com nosso voto, negamos o governo Sarney, a tutela militar e a ordem conservadora que a nova Carta consagra (...) Quando anali-

sada globalmente - e isso orienta o nosso voto 'não' - a nova Constituição revela seu caráter conservador, elitista, mesmo para um regime capitalista como o brasileiro (...). A nova Constituição negou a Reforma Agrária, negou a estabilidade no emprego e negou a liberdade sindical. Não redistribuiu a riqueza produzida nacionalmente, eleva a propriedade privada a direito fundamental da pessoa humana e mantém intocada a tutela militar no país. O PT não poderia aprovar uma Constituição que reconhece às Forças Armadas o poder de intervirem na vida política para 'garantir a lei e a ordem'". (Boletim Nacional do PT, 1988, grifos nossos)

Discussão oportuna

Os deputados federais do PT Carlos Zaratini e Alencar Santana articulam um Projeto de Emenda Constitucional, chamada de PEC anti-golpe, para modificar o artigo 142 onde estabelece que as Forças Armadas "destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"

Em entrevista à Globo News Zaratini explicou que, entre outros pontos, a PEC acaba com as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO); determina que as Forças Armadas poderão ser designadas apenas para ajudar missões civis; obriga os militares que quiserem exercer cargos públicos a irem direto para a reserva; e veda o uso do cargo, função ou arma para qualquer intervenção política.

Depois de todas recentes evidências do papel dos militares (prisão de Lula com o tuíte de Vilas Boas, conivência e apoio dos acampamento e da ação fascista em 8 de janeiro) a PEC abre uma discussão necessária.

Não sem obstáculos. O Ministro Flávio Dino diz que retirar totalmente a GLO lhe "parece um pouco demais" (Estadão 25/2). O ministro

Múcio, diz que vai ouvir os comandantes das Forças Armadas sobre a PEC. Na mesma entrevista à Globo News Zaratini disse que "os militares não devem participar do debate da PEC, mas eles têm de assumir o seu papel, muito importante, que é a defesa da integridade nacional e do território. Vamos fazer um debate na sociedade; eu não quero fazer um debate em que eu tenha de pedir permissão para os militares para apresentar uma PEC". Está certo! Afinal os militares, em 1988 "conseguiram tudo que quiseram", muitos deles hoje são os mesmos, e emplacaram o Artigo 142 mantendo o país sob sua tutela.

Alguns pretextam que não é hora de abrir esta discussão (iludidos com uma possível pacificação?) e que com este Congresso só pode piorar. O mais provável é que neste Congresso tudo que for para atender as demandas do povo trabalhador, da democracia e da soberania nacional tende a emperrar. Mas a briga deve ser comprada até para ganhar o povo que mobilizado pode, de maneira soberana, decidir o que deve ser feito.

Misa Boito



CONTRIBUIÇÃO DO DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT DE 13 DE FEVEREIRO

Um mês de governo

Os primeiros 30 dias do governo do presidente Lula o levarão para a história. Depois da maior mobilização nacional para a posse de centenas de milhares, uma semana depois veio um ataque golpista de tipo fascista às sedes dos Três Poderes, as quais foram meticulosamente desguarnecidas para permitir a entrada de alguns milhares de vândalos bolsonaristas. Lula corretamente demitiu o comandante do Exército e decretou intervenção na Segurança Pública do DF. (...)

É conhecida a osmose entre os corpos militares e o bolsonarismo país afora. (...) Há oficiais do Exército investigados, mas nenhum punido até agora, muito menos um general (...).

A opinião democrática, tal como o PT, deve continuar exigindo e acompanhando as investigações e as punições de todos os responsáveis – “cadeia para os golpistas!” – uma nova exigência política que se ligou ao conjunto de compromissos de campanha (...).

A substituição do comandante [do Exército] pelo novo general Tomás ou outro, por si, não vai resolver o problema estrutural das Forças Armadas (...). Uma reforma institucional das Forças Armadas, começando por anular o artigo 142 da Constituição que lhes atribui a Garantia de Lei e Ordem, é necessária e fundamental para extirpar a tutela militar. Também são essenciais outras reformas estruturais, como a agrária, da mídia, do judiciário, as reestatizações, a taxação dos milionários e a libertação do Orçamento do jugo

serviço da dívida. Esse Congresso não fará nem a metade disso.

Nesse sentido, a tentativa de golpe do dia 8 foi um alerta sobre os obstáculos institucionais a serem superados pela via da soberania democrática do povo, para resgatar a reconstrução e a transformação deste país num conjunto de reformas. Em algum momento, a questão da convocação de uma Constituinte Soberana para esse fim se colocará.

A grande imprensa não para de cobrar de Lula o aperto fiscal, que foi a parte da plataforma que o “mercado” claramente perdeu, mas não se conforma.

Nesse sentido, sim, o dia 8 correspondeu a “uma revolta de muita gente rica que não queria perder as eleições” (Lula).

Um deles, o presidente do BC independente legado por Bolsonaro, Roberto Campos Neto, sempre sensível ao “mercado”, demorou 12 dias para condenar o 8 de janeiro. Ele comanda a taxa de juros que leva a um ajuste fiscal recessivo, na contramão da reindustrialização necessária (...). Frente às pressões, o governo Lula deve acelerar a sua pauta popular para criar uma base social de sustentação mais sólida para concretizar os compromissos em face dos obstáculos institucionais que se avizinham.

Questões da hora

No primeiro mês houve vários anúncios e ações positivas, como a recusa aos pedidos de Scholtz e Macron de

o Brasil se engajar militarmente com a Ucrânia e Biden, na guerra iniciada por Putin, que agora comemora um ano com consequências mundiais – a hora é de um cessar-fogo imediato (...).

Não faremos aqui um exame extensivo. Mas cabem destaques:

O aumento de 15% do piso salarial dos professores foi uma medida importante, tem agora que ser aplicada (...).

A instalação de um GT para a reestatização da Ceitec (semicondutores) é uma medida muito positiva de resgate da soberania nacional.

A elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IRPF) para R\$ 5.000 foi um compromisso assumido no lançamento da campanha presidencial (...).

O salário-mínimo é de R\$ 1302, as Centrais sindicais pedem R\$ 1342 de acordo com a fórmula dos nossos governos (...).

Há o compromisso com o Piso Nacional da Enfermagem (...) os enfermeiros cobram a edição de uma medida provisória a respeito.

A reivindicação dos eletricitários de reestatização da Eletrobrás é parte do resgate da soberania nacional (...). Lula disse que “a AGU vai rever esse contrato leonino contra o governo”.

Lula falou no Diretório Nacional que se deveria cobrar o governo. Começamos pois.

Premonitório – “Sem Anistia!”

(...) na posse, Lula falou de “olhar para a frente e esquecer nossas

diferenças”.

De outro lado, também falou de “reagir a quaisquer ataques de extremistas que queiram destruir a nossa democracia”.

A massa presente na cerimônia interrompeu aos gritos de “sem anistia! sem anistia!”, criando uma consigna que viralizou depois.

Considerando o ataque às sedes dos poderes uma semana depois, e toda a tensão com os generais que não “esquecem as diferenças”, deve se reconhecer que o “sem anistia, sem anistia” foi uma intervenção de massas premonitória (...) está inscrita na história profunda que a massa popular vive. Essa expressão genuína e autônoma traz um amadurecimento político e deve ser um ponto de apoio para o governo. Numa situação difícil, nos dá razões para otimismo (...).

O PT já esteve 13 anos no governo. Coligações e composições nas mesas da Câmara e do Senado, e mesmo nos ministérios, nunca resolveram, por si, pela sua “amplitude”, a sustentação nos momentos cruciais.

Os desdobramentos das questões concretas dirão se a base social, junto às organizações e movimentos que se mobilizaram pela vitória de Lula e do PT, agora se sentirão motivados a mobilizar muito mais para enfrentar os obstáculos conhecidos. Todos trabalhamos para isso.

📞(ver íntegra em www.petista.org.br)

TUDO TEM LIMITES!

Em nota, tendências petistas propõem suspensão de Washington Quaquá

Em suas redes, a presidenta Gleisi Hoffmann escreveu e publicou: “Foto do nosso companheiro deputado Quaquá com bolsonarista Pazuello é desrespeitosa com o PT e ofensiva às vítimas da Covid. Na vida e na política, tudo têm limites”

O deputado Washington Siqueira, conhecido como Quaquá, vice-presidente do PT, extrapola todos os limites ao expressar publicamente posições antagônicas às deliberadas democraticamente pelas instâncias do partido.

Nos últimos dias, tanto na reunião do Diretório Nacional do PT, como no ato de comemoração dos 43 anos, com a presença marcante do Presidente Lula, a palavra de ordem ouvida foi: **SEM ANISTIA!**

O deputado insulta a todo brasileiro



e brasileira que votou no presidente Lula contra a extrema direita fascista.

Pazuello é um criminoso. Deve ser processado, julgado e condenado. São muitas milhares de mortes pela Covid.

Quanto ao deputado Washington

Siqueira, o mínimo que é necessário é a manifestação pública da Executiva Nacional do PT repudiando as suas declarações e suspensão da sua representação pública do PT até a conclusão do processo da Comissão de Ética do partido. Tal processo

deve ser aberto para apurar os graves atentados contra a democracia partidária, à desobediência sobre as deliberações do partido e a afronta à consciência democrática dos que lutaram e lutam contra os fascistas e genocidas. E em memória das milhares de vítimas da Covid.

**São Paulo,
16 de fevereiro de 2023.**

Assinam este documento e suas propostas as seguintes tendências internas ao Partido dos Trabalhadores:

Articulação de Esquerda; Avante PT; Democracia Socialista; Diálogo e Ação Petista; Militância Socialista; Resistência Socialista; Socialismo em Construção.

O que é a tal reforma sindical?

Entrevistamos João Batista Gomes, dirigente da Executiva Nacional da CUT

Está em debate no Fórum das Centrais Sindicais um projeto com o pomposo nome de “valorização e fortalecimento da negociação coletiva, diretrizes e estratégias para a atualização do sistema de relações de trabalho e do sistema sindical”, que está na sua 2ª versão. Segundo João Batista Gomes, o documento foi apresentado pelo Fórum de Centrais Sindicais e foi dado apenas “30 dias para discussão nos sindicatos, federações, confederações e na própria CUT (além das outras centrais). Na prática é uma nova reforma sindical. O projeto concentra-se na criação de um Conselho de Autorregulamentação das Relações de Trabalho - CART. É o coração da proposta que vem das centrais sindicais”, afirma o sindicalista.

CART, novo nome da Unicidade Sindical

Trata-se da manutenção da tutela do Estado sobre o movimento sindical, agora através deste CART. Para João o “centro do problema da organização sindical no Brasil é o artigo 8ª da Constituição que no seu inciso 2º estabelece a unicidade sindical. O que é unicidade sindical? É a determinação do Estado de que só pode haver um sindicato numa mesma base territorial de uma categoria”.

Mas unicidade, não significa



↳ João Batista Gomes

unidade nem fortalecimento dos sindicatos. Ao contrário. Para explicar isso, João usou o exemplo dos trabalhadores bancários: “os sindicatos deveriam poder agregar todos os trabalhadores que trabalham em bancos e no sistema financeiro, né? Nos bancos houve muita terceirização, inclusive para enfraquecer a organização sindical (...) os sindicatos precisam unificar a base de todos que estão no local de trabalho. Essa luta já se desenvolveu, para unir sindicatos, mas foi bloqueada pela unicidade sindical na Constituição”, que determina conforme critérios do Estado qual entidade representa esta ou aquela categoria.

“É a unicidade sindical que permite a fragmentação sindical, impondo

(uma regra) por cima e por fora do movimento real dos trabalhadores”.

Ao invés de avançar na liberdade e autonomia sindical, princípio fundador da CUT, o projeto “aprofunda a unicidade sindical, com a criação deste mecanismo chamado CART. Como ele funcionaria? Ele será composto por três câmaras: uma câmara dos trabalhadores composta pelas centrais sindicais reconhecidas; uma câmara do patronato e constituída por sindicatos dos patrões; e uma terceira câmara comum que seria para discutir as relações de trabalho e se propõe a desenvolver as relações sindicais com presença do Estado”.

Liberdade sindical

Mas se o Estado interfere nas formas de organização dos trabalhadores que ainda ficariam obrigados a ter discussão comum a este respeito com os patrões, aonde ficaria a liberdade sindical?

“A CUT por exemplo, porque ela teria que discutir no CART a forma com que se organiza? A fusão de sindicatos? A extensão do sindicato para novas bases? Por que é que ela precisaria dessa Câmara de autorregulamentação, junto com as demais centrais sindicais?”.

Para o dirigente da CUT seria como

a volta do “estatuto padrão do Ministério do Trabalho, criado na ditadura do Estado Novo. (...) Pisoteando as regras da democracia sindical, o Estado impunha um estatuto padrão. Se o sindicato não tivesse aquele estatuto ele não era reconhecido pelo Ministério do Trabalho. (...) O CART assumiria o papel do Ministério do Trabalho. Isso está errado! A função do Ministério do Trabalho teria que ser simplesmente registrar o sindicato. O sindicato é fundado, é desenvolvido manda a documentação para o Ministério do Trabalho, reconhece e ponto final.”

Congresso da CUT deve discutir!

Para Gomes a proposta “vai contra os pressupostos que fundaram a CUT”. Essa discussão, ele defende, “deve ser feita por toda CUT. Não dá para ser a toque de caixa, feita pelas cúpulas das centrais. Estamos desenvolvendo uma batalha no terreno da CUT, onde nós estamos dirigindo moções a direção executiva. Para nós, essa discussão deveria ser remetida ao debate do 14º Congresso Nacional da CUT que acontece no segundo semestre de 2023.”

Alexandre Linares

➔ Leia a entrevista completa em: otrabalho.org.br.

Congresso do Andes decide desfiliação da Conlutas

Em sua principal votação, o 41º Congresso do ANDES-SN, realizado entre 6 e 11 de fevereiro, em Rio Branco, no Acre, decidiu pela desfiliação do Sindicato Nacional da CSP-Conlutas. A maior votação do Congresso registrou a presença de 396 delegados, com 262 votos a favor da desfiliação, 127 contra e 7 abstenções. A maioria de delegados pela desfiliação é maior, já que vários deles a favor desta proposta tiveram que votar pela manutenção da filiação em função de seções sindicais que adotam o voto imperativo dos delegados.

A desfiliação resume a situação de profunda crise da direção histórica do sindicato, há décadas à frente do ANDES-SN. O consórcio dirigente saiu do processo bastante dividido, o que, de certa forma, explica o registro de 4 chapas para concorrer às

eleições previstas para 10 e 11 de maio próximos.

Do ponto de vista das resoluções, há progresso no sindicato, com a adoção praticamente na totalidade do projeto de resolução sobre o setor das estaduais apresentado pelo Fórum Renova Andes, a adoção de um índice (o do Fonasef,, 26,93%) para a luta salarial do setor das federais e o parcial mas real passo de integração do sindicato ao Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) na condição de observador. A tarefa imediata é tirar as resoluções do papel e, por exemplo, mergulhar fundo na campanha salarial do setor federal, onde há uma negociação em curso, depois de anos, com uma proposta do Governo sobre a mesa.

Eudes Baima



↳ Convenção do Renova ANDES durante o 41º congresso

RENOVA ANDES TERÁ CHAPA NAS ELEIÇÕES DO SINDICATO

Durante o Congresso ocorreu a convenção nacional do Fórum Renova ANDES. Com ampla presença, a convenção ocorreu num ambiente de entusiasmo e alegria, decorrência da intervenção vitoriosa dos delegados do Renova nos trabalhos do Congresso, e da expectativa de ter uma chapa com reais chances de ganhar em maio. 4 chapas pediram inscrição, tendo, a partir de 11 de fevereiro, um mês para apresentar a nominata de 83 nomes: a Chapa 1 – Andes pela Base, da atual diretoria, a Chapa 2 – Andes Classista e de Luta, uma composição do Coletivo Rosa Luxemburgo com docentes do PSTU, a Chapa 3, do Renova Andes, e a Chapa 4 – Andes Classista, de docentes do POR e de uma cisão do PSTU do Espírito Santo.

A convenção do Renova aclamou o triunvirato composto por Luís Antônio Pasquetti (UnB), presidente, Eleonora Ziller (UFRJ), secretária-geral e Érika Suruagy, tesoureira, bem como os demais 8 membros da executiva nacional.

O Renova agora se empenha na formação da chapa das regionais e na preparação da campanha que promete ser acirrada. A vitória do Renova é a garantia de que os pequenos passos dados no congresso se desenvolvam para “resgatar o caráter sindical do ANDES-SN, por meio de um enfoque prioritário no salário, na carreira, nos direitos previdenciários e nas condições de trabalho da categoria docente EBTT e do Ensino Superior federal, estadual e municipal”, como diz o Manifesto da Chapa 3.

Eletrobrás: privatização em questão

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), filiado à FNU-CUT (Federação Nacional dos Urbanitários), lançou em fevereiro uma Carta Aberta em defesa da revogação da privatização da Eletrobrás, após ter se dirigido ao Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), que ainda mantém a equipe de Bolsonaro no Ministério. Apoio importante para a luta, a CNE retomou elementos da entrega da empresa, “leonina” e “quase uma bandidagem” nas palavras de Lula. De fato: hoje a União tem 43% das ações, mas só 10% de poder de voto. Um investidor privado que tenha até 10% das ações tem os mesmos 10% na hora de votar. Mas em caso de recuperação judicial ou falência, o Estado se configura no maior devedor! Lembrando que o

sistema Eletrobrás foi comprado a preço de banana, e tem entre os principais acionistas os donos da 3G Capital Jorge Lemann, Marcel Telles e Carlos Sicupira – envolvidos nos rombos das Americanas e InBev.

Tarifa mais cara, escassez de energia, demissões

São os resultados para o povo. Há uma previsão de aumento de cerca de 25% nas tarifas de energia nos próximos anos, em virtude do preço de “mercado” das empresas privadas. O governo Bolsonaro autorizou cobrar mais caro pela energia das hidrelétricas privatizadas: os preços na faixa de R\$ 65 por 1 mil kWh, poderão subir para a casa de R\$ 300. Os apagões também podem se tornar um bom negócio para os usurpadores: a

escassez de energia gera o aumento das tarifas e há várias formas de provocá-la, até mesmo o esvaziamento proposital de reservatórios, como denuncia a CNU! E na toada da ‘rentabilidade’ a empresa também está demitindo em massa, inclusive cargos com vasto conhecimento técnico: 2500 trabalhadores em 2022, com previsão de mais 1600 para 2023.

Engrossar a luta

Lula falou em “recuperar a Eletrobrás”, com a AGU (Advocacia Geral da União) entrando na justiça, em vista de um processo de recompra de ações. Reconheceu a “trava”, uma regra incluída nessa privatização, que prevê o pagamento do triplo da maior cotação das ações alcançada em dois anos, para fazer uma oferta. O

governo teria de pagar hoje R\$ 161,7 bilhões para retomar o controle da empresa, que foi vendida a R\$ 33,7 bilhões. Sem dúvida, o processo foi uma bandidagem completa, verdadeiro assalto à nação. Então, não é o caso de pagar (o quántuplo!) para recuperar o que foi roubado. Seria como pagar o resgate de um sequestro. A hora é de engrossar a luta dos eletricitários.

Tiago Maciel



Está na praça um abaixo-assinado intitulado “Manifesto pela Reestatização da Eletrobrás”, disponível em <https://linktr.ee/reestatizaeletobras>. Ele pode ser assinado de forma individual ou por entidades.

“Presidente Lula, queremos ser ouvidos!”

Metroviários de Belo Horizonte em greve vão à Brasília

Há 14 dias os metroviários de Belo Horizonte estão em greve - com 100% de paralisação - reivindicando a anulação do leilão de privatização, realizado em 22 de dezembro. Já passaram por todo tipo de pressão para encerrar o movimento.

O Sindicato está com suas contas bloqueadas, já acumula 1 milhão em multas fixadas pela Justiça do Trabalho e, agora, ameaçam bloquear as contas e os bens dos diretores sindicais.

A determinação de não aceitar a privatização e exigir que suas reivindicações sejam ouvidas, resultou na ida de uma delegação de trabalhadores à Brasília no dia 28 de fevereiro. Cerca de 150 trabalhadores - representando os 1600 empregados - viajaram em três ônibus por mais de 12 horas com o firme propósito de serem recebidos pelo presidente Lula.

Para falar da greve e da mobilização em Brasília, O Trabalho conversou com a presidente do Sindicato, Alda Lúcia dos Santos.

Fale um pouco dos motivos que levaram os metroviários a paralisar totalmente a operação do metrô, inclusive durante o carnaval.

Alda: Há uma disposição muito grande da categoria. É a primeira vez que realizamos uma paralisação onde cerca de 90% da categoria adere à greve e paralisa 100% do sistema metroviário. A CBTU queria que

cumpríssemos a determinação da Justiça do Trabalho de colocar em operação 70% dos trens. Isso não é respeitar o direito de greve. O custo dessa nossa luta é alto, as multas são impagáveis. Querem inviabilizar a existência do Sindicato. Desde o primeiro governo FHC enfrentamos as ameaças de privatização. Agora ela está para ocorrer se o governo Lula assinar em 10 de março o contrato de concessão. Já fizemos de tudo: processo na Justiça; procuramos o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que nos deu um parecer contrário ao Edital de Concessão; o mesmo fizemos em relação ao TCU (Tribunal de Contas da União) que, contraditoriamente, não viu nenhuma irregularidade no Edital. Fizemos todo tipo de gestão junto a deputados em Brasília e Minas Gerais, nos reunimos com alguns membros do governo Lula, mas não obtivemos respostas concretas às nossas reivindicações. Por isso a greve e a nossa vinda à Brasília para pedir ao presidente Lula que cumpra o que prometeu durante a campanha eleitoral.

Têm dirigentes sindicais, em particular da CUT, deputados do PT que estão incomodados em nos ver em greve e aqui em Brasília. Aham que estamos atacando o governo, mas não é verdade. Foi o Lula que disse logo depois da vitória do 2º turno que podíamos cobrá-lo, não foi? É isso que estamos fazendo!



↳ Alda e metroviários em reunião com os ministros Márcio Macedo e Rui Costa

Como foi a manifestação em Brasília? Houve algum resultado?

Trouxemos várias faixas, megafones, apitos e nos dirigimos para a Praça dos Três Poderes. Fomos recebidos pela Polícia Legislativa, a Polícia Militar e a Tropa de Choque. Mas nada disso nos impediu de realizar uma manifestação pacífica solicitando que o presidente Lula recebesse ao menos uma delegação do Sindicato.

E conseguiram?

Fomos recebidos pelos Ministros da Secretaria Geral da Presidência, Márcio Macedo e da Casa Civil, Rui Costa. Eles reconheceram que existem problemas no processo de Concessão. O ministro Rui Costa chegou a afirmar que houve uma supervalorização dos investimentos para obras de modernização e ampliação do metrô. Ele estava se referindo às verbas públicas que a Comporte Participações (empresa ganhadora do

leilão) receberá do governo federal e estadual. Ainda assim, disse que o governo federal não deixará de assinar o contrato.

Em relação a situação dos trabalhadores, o Ministro se comprometeu a receber do Sindicato uma lista, a ser entregue antes de 10 de março, com os nomes dos trabalhadores que gostariam de ser transferidos para órgãos públicos federais, quem aceitaria a transferência para outras unidades da CBTU, além de se comprometer com a apresentação de um Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os que quiserem sair da empresa. Para aqueles que estão para se aposentar, se comprometeu a dar um tempo maior de estabilidade. O problema é que não há nada assinado...

Teremos assembleia em 1º de março, vamos discutir a continuidade da nossa luta e da greve e, se depender de mim, estaremos de volta à Brasília em breve!

8 de março: a luta pelo direito ao aborto no Brasil e no mundo

Neste dia Internacional de luta da mulher trabalhadora, a questão do direito ao aborto continua atual no Brasil e no mundo. A razão é óbvia. Milhares de mulheres continuam obrigadas a realizar abortos inseguros (45% segundo a OMS) todos os anos.

Apenas 51 países no mundo hoje autorizam o aborto legal e seguro de acordo com o pedido da mulher. Pelo menos 25 países proíbem totalmente e dezenas criminalizam a mulher de alguma forma.

Avanço na Espanha

Resultado da luta das mulheres, a Espanha aprovou, em 16 de fevereiro, uma lei voltada a atender mulheres em vários de seus direitos reprodutivos. Um dos pontos mais importantes é a flexibilização de normas existentes para a realização do aborto, que já era legalizado no país até a 22ª semana de gestação. Agora, o aborto passa a poder ser feito em todos os hospitais públicos do país, entre outras mudanças.

Além disso, a saúde pública passará a fornecer gratuitamente pílulas contraceptivas, pílulas do dia seguinte e absorventes. Por fim, a lei cria uma licença menstrual no trabalho para mulheres que sofrem de cólicas severas, custeada pelo Estado, assim

como uma licença pré-parto de um mês para as gestantes.

Retrocesso e disputa nos Estados Unidos

A derrubada em 2022 pela Suprema Corte estadunidense da decisão judicial conhecida como Roe vs. Wade, jurisprudência que garantiu por décadas o direito das mulheres ao aborto nos EUA, intensificou a luta política aberta no país.

Em janeiro de 2023, quando deveria ser comemorado o 50º aniversário da decisão, mulheres realizaram marchas e comícios em cerca de 200 cidades, de 46 estados, reivindicando o direito ao aborto. Dois dias antes, porém, milhares se reuniram em Washington para a "Marcha pela Vida", pressionando por mais restrições e afirmando que, apesar da vitória de 2022, "ainda não terminaram".

A queda da jurisprudência deixou a questão a cargo de cada um dos 50 estados norte-americanos. No segundo semestre, por exemplo, cinco estados realizaram referendos — Kansas, Califórnia, Michigan, Vermont e Kentucky — e a população votou majoritariamente contra a proibição do aborto. Em 5 janeiro deste ano, a corte da Carolina do Sul garantiu o direito em virtude da constituição local



↳ Mulheres espanholas comemoram nova legislação

E no Brasil?

Depois de quatro anos de medidas para minar a realização de aborto nos casos previstos em lei, bolsonaristas seguem na ofensiva. Assim que tomaram posse no Congresso, parlamentares de direita protocolaram três projetos de lei para impedir mudanças que o governo Lula fez quanto ao aborto legal. A Ministra da Saúde, Nísia Trindade, havia revogado portaria do governo Bolsonaro que obrigava médicos a notificar autoridades policiais em caso de aborto por estupro - o que feria a autonomia das

vítimas e impunha mais dificuldades para realizar o procedimento.

Enquanto isso, vinha à público que uma juíza em Teresina (PI) nomeou, em outubro, uma defensora pública para representar os interesses do feto de uma criança de 12 anos grávida pela segunda vez vítima de estupro. A decisão, sem qualquer previsão legal, aconteceu dois meses antes de a menina ter o aborto legal negado pelo Tribunal de Justiça. Mais um caso de uma criança violentada pelo estuprador e pelo Judiciário.

Priscilla Chandretti



GOVERNO PREPARA PROJETO POR IGUALDADE SALARIAL PARA MULHERES

A coluna da jornalista Mônica Bergamo noticiou que o governo Lula já está em reta final da preparação de um Projeto de Lei (PL) com regras que proíbam a diferença salarial entre homens e mulheres "com o objetivo de ser apresentado ainda no mês de março, em referência ao Dia Internacional da Mulher.

PL apresentado, será necessária uma luta das organizações de trabalhadores e de mulheres pela aprovação, frente a um Congresso majoritariamente patronal. Dependendo da forma final do texto, a nova lei pode enfrentar uma questão central para as mulheres trabalhadoras. Dados do IBGE mostram que, em 2021, mulheres ganhavam 20,5% menos do que homens, mesmo com o mesmo perfil de escolaridade, idade e na mesma categoria de ocupação.

Por que é necessário baixar a taxa de juros?

E porque é necessário acabar com a "autonomia" do Banco Central

Lula reclamou repetidamente nas últimas semanas da política do presidente do Banco Central (Bacen), Campos Neto, causando furor no mercado e na mídia. Neto mantém o Brasil com a maior taxa de juros básica reais do mundo: 8% (a taxa real é a Selic menos a inflação. Sendo que aquela está mantida em 13,75% e esta será cerca de 5,4% em 2023).

Estatísticas do próprio Bacen indicam que a cada aumento de 1 ponto percentual da Selic, mantida por 12 meses, há elevação da dívida pública em R\$ 38 bilhões. No início de 2021 a Selic estava em 2%. O que significa que de lá para cá (em apenas 2 anos) a dívida cresceu (aproximadamente) mais de R\$ 400 bilhões apenas com juros da dívida, escalados pela alta da Selic praticada por Neto e sua equipe. Este ano, quase R\$ 800 bilhões do

Orçamento devem ser gastos em juros brutos da dívida. Dinheiro a ser recebido sobretudo por banqueiros e grandes fundos especulativos nacionais e estrangeiros (que detêm juntos cerca de 70% dos títulos da dívida). Enquanto isso, Saúde e Educação juntas, por exemplo, receberão menos de R\$ 260 bi!

Neto, queridinho do "mercado", mantém a Selic nas alturas por isso. Mas também para garantir sempre um certo nível relativamente alto de desemprego. A Selic alta desincentiva investimentos produtivos e geração de empregos por empresários, que passam a preferir investir em títulos da dívida. Os trabalhadores (e seus sindicatos), intimidados, mantêm assim seu poder de barganha limitado para exigir aumentos salariais, a despeito da forte inflação de bens

de consumo dos últimos anos.

A desculpa (esfarrapada) oficial do Bacen é "que a inflação estaria superando sua meta". E a culpa disso sempre seriam os gastos públicos sociais (que supostamente teriam aquecido demais a economia). O que é uma mentira. A inflação recente foi causada pela alta do dólar e pelos preços de alimentos e combustíveis (cuja regulamentação de estoques e oferta foi abandonada por Bolsonaro) e de importados em geral (devido à pandemia). A dívida cresceu, sobretudo, não devido aos gastos sociais (que não aumentaram!), mas por causa dos juros em si.

Com Neto, o Banco Central (Bacen) é um dos principais cavalos de Tróia dentro do governo Lula. Ele, alto executivo por quase 20 anos do banco Santander, foi indicado por

Bolsonaro em 2019. Sua diretoria, igualmente vinda das direções de bancos privados, também.

Eles se mantêm no comando do Bacen pois seus mandatos foram estendidos até o início de 2025, graças a Lei Complementar (279), aprovada às pressas pelo Congresso no início de 2021. Com ela, diz a grande mídia e os banqueiros, o Bacen teria se tornado "independente" (apenas em relação ao governo, eleito pelo voto popular; pois tornou-se totalmente dependente dos banqueiros). Junto com ela, outra lei (14.289, aprovada no final de 2021), libera o Bacen para dolarizar o país, desregular ainda mais a especulação financeira e a entrada, bem como fuga de capitais do país.

Alberto Handfas

Punição tem que chegar aos graúdos

Perto de se completarem dois meses da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, centenas de golpistas permanecem presos, enquanto os processos judiciais por suas atitudes criminosas contra o povo brasileiro iam sendo estruturados.

Nos Estados Unidos, Bolsonaro passou recibo e defendeu os golpistas.

Enquanto isso, continua ecoando o grito espontâneo de milhares de pessoas na posse de Lula: “Sem anistia!”

O sentimento que saiu do peito da multidão na posse tem o sentido de um balanço histórico: graças aos acertos “por cima”, aos acordos da Constituição de 88, a decisões do Supremo Tribunal Federal, à cumplicidade das instituições, aqueles que sequestraram, torturam e assassinaram a serviço da ditadura militar (1964-1985) ficaram totalmente impunes. E como um vírus, permaneceram ativos por décadas para contaminar todo o corpo político nacional a partir do golpe de 2016.

Bolsonaro é legítimo representante

dos porões da ditadura, e os crimes contra a humanidade praticados no Brasil, nunca apurados nem punidos, corroem as instituições nacionais de alto a baixo. Imprescritíveis, são feridas abertas.

“Sem anistia”, ecoado antes do 8 de janeiro, é a exigência de punição para todos os crimes do governo Bolsonaro, como o genocídio yanomami ou o corte de verbas para prevenção de desastres (ver abaixo). Mas em 8 de janeiro a questão se agravou, e apesar das centenas de presos pelos atos golpistas, os graúdos, até aqui, estão sendo preservados, sobretudo quando se trata da cúpula militar.

Há fartas evidências da cumplicidade nos crimes das polícias e das Forças Armadas: a manutenção dos acampamentos golpistas em frente aos quartéis, a confraternização com os golpistas, a proposital liberação de acesso à pequena horda de fascistas para avançar pela Esplanada dos Ministérios e tomar de assalto as sedes dos três poderes, com o envolvimento



↳ Faixa do Diálogo e Ação Petista na Avenida Paulista, em 9 de janeiro

comprovado de generais como Augusto Heleno, Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos, entre outros.

A decisão anunciada de que, nessa questão, militares serão julgados no STF (e não na Justiça Militar, que é uma aberração institucional), pode ser um passo positivo se uma “nova anistia” não for camuflada apenas com a prisão de pequenos peixes fardados.

Afinal, para que se avance em uma

saída política para o Brasil, o fim da centenária tutela militar sobre o Estado tem de acabar. É uma das condições para que possa prevalecer a soberania popular, que pode ser expressa por meio de uma Constituinte Soberana. A punição de Bolsonaro e seus generais pelo conjunto dos crimes realizados, incluindo os de 8 de janeiro, é um passo necessário na direção certa.

Paulo Zocchi

Genocídio yanomami é responsabilidade direta de Bolsonaro

Apesar da Emergência Nacional decretada por Lula e pelas medidas que foram anunciadas ou estão em curso, um mês depois um servidor federal em Roraima afirmou à equipe de reportagem da Agência Pública: “Eles continuam morrendo”. O presidente do Conselho de Saúde Indígena, Júnior Hekurari, afirmou aos mesmos jornalistas que a crise não acabou e ainda há comunidades indígenas em que o acesso está impedido por ainda haver garimpeiros armados presentes.

Apesar das Forças Armadas, que têm muito mais

estrutura, como helicópteros Black Hawks, e mais pessoal (o Ibama tem hoje 350 fiscais para todo o país; eram mais de 2 mil há 15 anos), afirmarem apoiar as primeiras incursões da Polícia Federal, foi o Ibama que deu início às ações, com seus próprios recursos e com servidores que, inclusive, haviam antes sido perseguidos ou desautorizados por Bolsonaro.

O Instituto tem realizado incursões a voo para combater o garimpo ilegal, destruindo equipamentos que custam até R\$ 2 milhões, para impedir sua retomada pelos criminosos. No dia 23,

inclusive, garimpeiros atacaram uma base do Ibama dentro do Território Yanomami, atirando contra fiscais do órgão e agentes da PF.

Mesmo com as dificuldades que persistem, as estimativas é que alguns milhares de garimpeiros fugiram da região, assim que Lula determinou que a Força Aérea Brasileira (FAB) fechasse o espaço aéreo sobre o território. O que mostra a responsabilidade direta do governo Bolsonaro no genocídio em curso. Reportagem de Eduardo Militão para o UOL mostrou que, em 2021 e 2022, a FAB negou os pedidos feitos pela PF pelo

fechamento, alegando incapacidade técnica, grande extensão territorial e falta de recursos.

Fica comprovado que se tratava de desculpa esfarrapada, como era desculpa esfarrapada a falta de fiscalização por “dificuldades logísticas”. Fiscais que hoje atuam no combate ao garimpo ilegal explicaram ao repórter Rubens Valente, da Pública: “É possível sim acabar com os garimpos. Não tem segredo nenhum. Não é uma ação complexa. Se há grandes distâncias para nós, também há para os garimpeiros. A diferença agora, em relação ao

governo do Bolsonaro, é que estamos vendo uma ação institucional.”

Apesar disso, até aqui militares do GSI indicados pelo ex-ministro bolsonarista Augusto Heleno continuavam dirigindo a Sala de Segurança Nacional (SSN) sobre os povos indígenas. A instalação da Sala em 2020, envolvendo cerca de 20 órgãos públicos e entidades, foi determinada pelo STF ao Palácio do Planalto, para acompanhamento da saúde indígena e das invasões. A decisão de que a SSN seria presidida pelo GSI, no entanto, foi do próprio Bolsonaro.

Tragédia em São Sebastião: consequências não são naturais

Os deslizamentos ocorridos na cidade de São Sebastião, litoral norte do estado de São Paulo, expõe diferenças sociais históricas e crimes recentes dos governos.

O desastre aconteceu no dia 19 de fevereiro, deixando 65 vítimas fatais. São ao menos 2251 desalojados e 1815 desabrigados na cidade.

Os bairros mais atingidos pelo maior temporal da história do país estão localizados ao sul da cidade. Praias como Maresias, Camburi, Barra do Sahy, Juquehy, Toque-Toque e Baleia são famosas por

serem destinos procurados pela classe média paulista para veraneio, mas vilas mais centrais como o bairro de Topolândia também tiveram perdas imensuráveis.

Problema histórico

A busca por casas de veraneio faz com que a cidade, com uma população de 90 mil, triplique seu número de habitantes no período de férias e feriados. Sem condições de competir com a elite paulista, a população local se abriga nas encostas e morros da cidade.

Com um grande número de mortos e desabrigados, a Vila do Sahy foi uma das áreas mais atingidas. A ocupação data do final da década de 80 e é formada por trabalhadores que ajudaram a construir a rodovia Rio-Santos. Com o fim das obras, os moradores daquela região passaram a trabalhar na construção dos condomínios de luxo e em serviços na região, como nas casas de veraneio, hotéis e pousadas. A especulação imobiliária impediu que essa população saísse do pé da Serra do Mar.

Corte de verbas foi constante

Na última semana, representantes de todas as esferas do setor público estiveram na cidade prestando solidariedade e prometendo recursos para a reconstrução. Mas todo mundo sabe o que os governos fizeram nos verões passados. O governo de São Paulo, por exemplo, não enviava um centavo em prevenção de acidentes para São Sebastião desde 2013. Já o governo Bolsonaro deixou o menor valor para prevenção de acidentes da história. Seriam apenas

R\$ 614 milhões contra R\$ 9,4 bilhões em 2010, último ano do governo Lula. Lula conseguiu neste ano, em negociação com o Congresso acrescentar mais R\$ 500 milhões, mas o valor ainda é muito baixo. O governo federal também prometeu uma linha de crédito para a população de baixa renda, vulnerável e invisibilizada pelos gestores locais e do estado de São Paulo. Denúncias de descaso e leniência pela falta de ação do Estado ainda estão sendo apuradas.

E.V.B.

Mobilização prossegue nas ruas do Peru

Movimento sindical e popular exige fim da ditadura e uma Constituinte Soberana

Quase três meses depois do golpe que derrubou Pedro Castillo, no Peru, em 7 de dezembro, a mobilização popular não parou. A ditadura da vice-presidente Dina Boluarte, respaldada pela embaixada dos Estados Unidos, reprimiu as manifestações, o que provocou pelo menos 60 mortes. Isso, no entanto, apenas elevou a indignação.

Nas ruas, as exigências são “Nem um morto a mais: abaixo o estado de emergência! Fora Dina Boluarte! Fechamento do Congresso! Assembleia Constituinte Soberana!”

No dia 19 de janeiro, ocorreu a paralisação geral convocada pela CGTP (central sindical). Cinco dias

depois, na Comunidade Nativa de Santa Cruz de Copalsacha, instalou-se uma Assembleia Constituinte Popular e Multiétnica. O ativista David Tapullima escreveu a esse respeito: “As comunidades nativas pertencentes à Federação Kichwa Huallaga Dorado e a Federação de Comunidades Nativas Kichwas de Dorado reuniram-se para avaliar a crise por que passa o Peru e decidiram como solução a instalação de assembleias constituintes territoriais nas distintas regiões do país”.

Por um comando unitário

O editorial da edição nº 239 de “El Trabajo”, tribuna livre da luta de classes impulsionada pelos militantes

da seção peruana da 4ª Internacional, afirma:

“Nessa situação, buscando uma válvula de escape para acalmar a ‘convulsão social’, o Congresso, dominado pela coalizão de direita e setores do centro político, manobra para determinar a ‘antecipação de eleições para 2023’, fraturando-se nesse intento. Paralelamente, sob a pressão das ruas, cerca de 40 parlamentares de esquerda demandam que, junto com as eleições, se aprove a convocação de um referendo para que o povo possa pronunciar-se por: sim ou não à Assembleia Constituinte. O Poder Executivo e o Parlamento começam a rachar sob a pressão das massas”.

Para “El Trabajo”, é necessário centralizar e unificar todos os protestos em um só comando nacional unitário de luta. Lembrando da proposta nesse sentido apresentada pela delegação da CGTP de Lambayeque, o editorial questiona: “Que passos práticos deu a direção para implementar essa proposta? Até hoje, nenhum. Enquanto isso, a luta das organizações da CGTP junto às organizações do campesinato e do povo em Arequipa e Junin lograram constituir comandos unitários regionais. Esse é o caminho que a direção da CGTP Nacional deveria assumir urgentemente”.

Correspondente

Crise política em Israel se agrava

A crise política se agrava no Estado de Israel, depois de quatro jornadas de manifestações que reuniram mais de 100 mil pessoas e de uma greve, no dia 13 de fevereiro, que teve grande adesão, principalmente no setor público.

O governo de Benjamin Netanyahu apresentou proposta de mudanças no Judiciário que, entre outros pontos, facilita a anulação de decisões

da Suprema Corte pelo Parlamento. O ex-procurador-geral Avishai Mandelblit afirmou que o plano “não é uma reforma, mas uma mudança de regime”.

O jornalista Israel Frey foi objeto de inquérito e de perseguições por parte dos serviços de segurança israelenses em razão de sua posição em solidariedade aos direitos do povo palestino.

Por suas declarações, foi demitido.

Em entrevista a correspondentes do jornal francês “Informações Operárias”, Israel Frey afirmou: “Vejam o que se passa diariamente em Jenin ou em Nablus, olhem os crimes horríveis que são cometidos ali! Como posso, enquanto judeu religioso, aceitar isso? Como posso não tomar partido pelos direitos dessas pessoas oprimidas, que

enfrentam a injustiça da ocupação israelense?”

Sobre as manifestações das últimas semanas, Frey disse que “são protestos de grande importância em nível interno israelense”. Avaliou, porém, que “não atingirão seus objetivos a não ser que seu desenvolvimento integre as reivindicações contra a ocupação e o racismo israelenses”.

Solidariedade com os povos da Síria e Turquia

Comunicado do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT)

Mais de 140 mil vítimas, das quais 41 mil mortos, até hoje; cidades e aldeias totalmente devastadas; mais de 100.000 famílias deslocadas, porque ficaram sem abrigo e ameaçadas de morte; é este o balanço provisório do terremoto mais mortífero que atingiu, em 6 de fevereiro, dez províncias da Turquia e todo o Noroeste da Síria.

Todos temos acompanhado com horror as imagens de sobreviventes desbravando escombros e a neve em busca de outros sobreviventes. São seres humanos que perderam a sua família, a sua habitação e se encontram em risco de morte, por falta de água potável, de higiene, de aquecimento ou de cuidados e medicamentos, habitando em tendas improvisadas, com ajuda inacessível – principalmente na Síria –, desprovidos dos meios de intervenção e de salvação elementares.

As imagens apocalípticas que deram e continuam a dar

a volta ao mundo lembram a barbárie das guerras mundiais e da guerra em curso na Ucrânia, com o seu rol de destruições massivas. De fato, a ajuda internacional limitada dos governos à Síria não é apenas o reflexo da submissão ao embargo dos EUA, mas também das suas posições a respeito da guerra na Ucrânia (...).

Arquitetos, engenheiros e peritos turcos afirmam ter havido empresas que foram autorizadas a construir prédios, casas e infraestruturas não conformes às normas de construção – antissísmicas – num país que conheceu numerosos terremotos, ainda recentemente.

Nós afirmamos: são responsáveis e culpados o imperialismo dos EUA e os seus supletivos, nomeadamente europeus, que mergulharam a Síria desde Março de 2011, numa guerra sangrenta de terrorismo internacional, que fez mais de 500 mil mortos e transformou 10

milhões de Sírios em refugiados. A Síria foi desmantelada, devido à guerra. Uma parte do Noroeste, atingida pelo terremoto mortífero está sob governo do regime de Bashar al-Assad, outra foi anexada de fato por Erdogan e na terceira parte estão amontoados refugiados do interior.

É culpada a Administração dos EUA que impôs um embargo criminoso ao povo sírio, martirizado há doze anos, e que, no quinto dia do terremoto e quando um medonho drama humano se desenrolava no Noroeste da Síria, decidiu hipocritamente – perante a subida das críticas e das expressões de cólera, inclusive nos próprios EUA – levantar parcialmente as sanções.

Às ordens do imperialismo dos EUA, o Banco Mundial ousou consagrar (desde o primeiro dia) 1,7 bilhões de dólares de ajuda unicamente destinados à Turquia, tal como o fizeram igualmente vinte países da Otan, que – reunidos



de urgência – decidiram uma ajuda ao Governo turco, com o mais completo desprezo pelo horror na Síria.

O Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AIT) partilha a cólera que cresce na Turquia contra os promotores imobiliários criminosos, mas sobretudo contra Erdogan e o seu Governo – acusado de cumplicidade com eles, de falta de antecipação e da chegada muito tardia dos socorros, da ajuda às vítimas e atingidos.

Exprimindo a sua total solidariedade com as populações turcas e sírias vítimas

da gestão criminoso das consequências do terremoto pelo imperialismo e os governos a seu soldo, o AcIT junta a sua voz à de milhões de mulheres e homens, em todos os continentes, que – horrorizados pela dimensão do desastre e indignados pela natureza criminosa da administração EUA e dos seus lacaios, nomeadamente europeus – se mobilizaram para levar ajuda popular às vítimas e exigir o levantamento sem condições das sanções contra a Síria.

Louisa Hanoune, Dominique Canut, co-coordenadores do AcIT, 17 de Fevereiro de 2023

Após um ano, “O vento está mudando na Europa”

Reproduzimos trechos de artigo do jornal “Información Obrera” n.º 378 da Espanha, órgão do Comitê pela Aliança de Trabalhadores e Povos (CATP), sobre as manifestações ocorridas no primeiro aniversário da guerra na Ucrânia em vários pontos da Europa.

“Este fim de semana marcou o início de uma mudança importante diante da política de guerra decidida pelo imperialismo dos EUA, através da Otan e seu monstruoso orçamento militar (...). Correspondida no outro lado pela oligarquia ao redor de Putin que saqueou os bens do povo e declarou colocar toda a indústria a serviço da produção de armas.

Apesar de um ano de propaganda por terra, mar e ar dos meios de comunicação a favor da guerra e da política de dirigentes de partidos de origem social-democrata, ecologistas, seguidos em alguns casos pelos sucessores dos partidos comunistas, para os trabalhadores a continuidade da

guerra é insuportável.

Insuportável porque a guerra, como antes a pandemia, é a desculpa perfeita para rebaixar salários com a inflação, dismantelar os serviços públicos e atentar contra as liberdades...

Neste fim de semana, 25 importantes manifestações contra a política de guerra ocorreram em cidades europeias.

É o início de uma oposição de massa à guerra, uma oposição que

cresce no coração e na ação da maioria social. Não é casual que apareçam posições ‘intermediárias’ pedindo que a diplomacia se ponha adiante.

É bom ressaltar que o plano de paz de Pequim de 12 pontos foi rechaçado de forma instantânea por Biden e Borrel (este, em nome da União Europeia). Como dizia o general alemão Kajut (ver pág. 11, NdT): ‘o Ocidente não quer a paz (...) somente esmagar o contrário’. Igual a Putin e Zelenski, este dizendo que ‘não há nenhum russo com quem se possa falar’.

Situação que confirma a necessidade de multiplicar a campanha que já abarca setores importantes de todos os horizontes políticos que se reivindicam dos trabalhadores e do socialismo, pelo “Não à Guerra”, ajudando na mobilização da maioria trabalhadora contra a política de guerra que, em nosso país, é encabeçada pelo governo de coalizão.”

Ángel Tubau



↳ Milhares de pessoas se manifestam contra a guerra em Berlim

De Atenas a Berlim: Não à Guerra!

Em 21 de fevereiro iniciaram-se, pela Grécia, as manifestações pelo fim da guerra na Ucrânia. Milhares de pessoas em Atenas e Tessalônica repudiaram a visita do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, ao país, exigindo o fim das bases militares da Otan e condenando a participação do governo grego na guerra.

Na Itália, a CGIL (central sindical) convocou atos em Roma e outras cidades. Mas foi em Gênova o maior deles, de iniciativa do Sindicato dos Estivadores que é autônomo, com delegações de outras cidades e de militantes franceses aderentes ao manifesto “Não à Guerra!” com mais de 5 mil manifestantes.

No Reino Unido, o coletivo “Stop the War” (Parem a Guerra!) convocou ato em Londres que reuniu 4 mil pessoas. A direção do Partido Trabalhista foi contra esse ato, mas Jeremy Corbyn, de sua ala esquerda, nele tomou a palavra, assim como dirigentes sindicais dos serviços públicos que estão em luta há meses por aumento de salários. Também falou um companheiro francês em nome do manifesto

“Não à Guerra!”.

Na Espanha, cerca de 5 mil pessoas saíram às ruas de Madri com palavras de ordem como “Nem Putin, Nem Otan; Não à Guerra” e “Não aos gastos militares, dinheiro para escolas e hospitais”. Houve atos também em Barcelona, Valência, Sevilha e outras cidades.

Houve atos também na Suíça, Áustria e França, onde se prepara uma paralisação geral contra o governo Macron em 7 de março.

O ponto alto do dia 25 foi a manifestação de Berlim, que reuniu na histórica Porta de Brandemburgo cerca de 60 mil pessoas em apoio ao Manifesto pela Paz lançado pela deputada Sarah Wagenknecht do “Die Linke” e a ativista dos direitos das mulheres Alice Schwarzer, que apela para negociações de paz com a Rússia e o fim do envio de armas à Ucrânia e que teve mais de 650 mil adesões. Alice Schwarzer disse diante da multidão: “Espero que, em breve, sejamos um milhão. É maravilhoso que todos estejam aqui para conosco defender a paz”.



O GOVERNO LULA E A GUERRA

As primeiras declarações do presidente Lula sobre a guerra na Ucrânia foram corretas: denunciou a invasão decidida por Putin do território ucraniano, ao mesmo tempo que se negou a aplicar sanções à Rússia e tampouco concedeu qualquer tipo de armamento ao governo Zelensky, recusando as pressões nesse sentido vindas de Biden, do alemão Sholtz e de Macron. Em entrevista à CNN dos EUA ele disse: “Se eu mandar munição, entrei na guerra!”.

Mas em 23 de janeiro, o Brasil votou na Assembleia Geral da ONU uma resolução apresentada pelos EUA - que é claramente um dos lados do conflito em apoio ao seu fantoche Zelensky - que pedia o fim da guerra na Ucrânia, com a retirada das tropas russas (141 a favor, 7 contra, 33 abstenções).

Um mal passo para quem pretende criar um “clube da paz”. O Brasil poderia ter se absterido, como a China, Índia e África do Sul, ao invés de alinhar-se com os EUA. A “desculpa” de que a delegação brasileira teria emplacado uma emenda que fala em negociações pela paz, além de não ser convincente, não obriga ninguém a sentar-se à mesa para parar a guerra. Esperemos que essa derrapada não tenha maiores efeitos, inclusive para que o Brasil possa jogar algum papel na mediação desse conflito, pois trata-se de uma guerra que não interessa aos povos!



MANIFESTO “NÃO À GUERRA” TEM NOVAS ADESÕES NO BRASIL

“Estamos soando o alarme: essa escalada pode levar a uma catástrofe global” diz o manifesto “Não à Guerra”, já assinado por centenas de dirigentes políticos e sindicais em mais de 40 países (ver OT 912).

O manifesto declara que os trabalhadores e povos não devem ser cúmplices dessa carnificina: “A guerra de Putin, como a da Otan implementada por Zelensky, não é nossa guerra” e conclama a um cessar fogo imediato.

No Brasil já assinaram vários dirigentes políticos, parlamentares, intelectuais e sindicais como: José Genoíno, ex-presidente do PT; Luís Eduardo Greenhalgh, advogado, membro do Diretório Nacional do PT; Paulo Moreira, Leite, jornalista; Markus Sokol, da Executiva Nacional do PT; Eduardo Suplicy, deputado estadual (PT-SP); Henrique Fontana deputado federal (PT-RS) e secretário geral do PT; Aline Dartora (PT-RJ) deputada federal; Roseli Coelho, Prof. da Escola de Sociologia e Política de SP; José Castilho, Prof. da Unesp; Celi Taffarel, Prof. da UFBA e UFAL; Diógenes Muniz, cineasta; Jilmar Tatto, deputado federal PT-SP; Valério Arcary, militante da Resistência, DN-PSOL; Betão Cupolillo, deputado estadual PT-MG; Milton Alves, jornalista e blogueiro; Antonio Lisboa, secretário de Relações Internacionais da CUT e Julio Turra, assessor político da CUT.